

A ORIGINALIDADE DA ECONOMIA POLÍTICA DE FRANCISCO DE OLIVEIRA

Carlos Alberto Bello ¹

Resumo: o artigo discute o pensamento de Francisco de Oliveira, salientando a originalidade de sua análise sobre as especificidades do capitalismo no Brasil, notadamente a articulação entre as dimensões econômicas, sociais e políticas. Elabora um quadro de referências a partir desse pensamento para discutir a dinâmica econômica brasileira de longo prazo e o período 1930-64, especialmente os fatores responsáveis pelos períodos de crescimento ou de recessão econômica.

Palavras-chave: economia brasileira; Francisco de Oliveira; economia política

Classificação JEL: B51

The originality of Francisco de Oliveira's political economy

Abstract: *the article discusses Francisco de Oliveira's thought, emphasizing the originality of its analysis about the specificity of capitalism in Brazil, notably the articulation between the economical, social and political dimensions. It elaborates a board of references from this thought to discuss the Brazilian economics dynamics of long term and the 1930-64's period, specially the factors responsible for periods of economic growth or recession.*

Key-words: *brazilian economics; Francisco de Oliveira; political economics*

JEL Classification: B51

Introdução

Este artigo busca recuperar as contribuições de Francisco de Oliveira do ponto de vista da economia política brasileira. Oliveira tornou-se uma referência neste âmbito nos anos 70, a partir da publicação da sua *Crítica à Razão Dualista* (1975/2003)².

Recebido em 05/08/2005. Liberado para publicação em 12/01/2006

¹ Doutor em Sociologia pela USP, Mestre em Economia Política pela PUC - São Paulo, pesquisador do Cenedic (Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania) da FFLCH/USP, professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e do Departamento de Economia da Unesp (Campus Araraquara) .e-mail: carlosabello@uol.com.br

² Reeditada em 2003, acrescida de "O Ornitórrinco", referida doravante como Oliveira (2003).

Carlos Alberto Bello

Nesta obra e no livro *A Economia da Dependência Imperfeita* (1984), Oliveira construiu uma interpretação bastante original da dinâmica econômica brasileira entre o início da república e meados dos anos 70. Utilizando-se de conceitos marxistas como a dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção e a teoria da crise econômica como expressão das desproporcionalidades entre os três departamentos de produção, Oliveira buscou analisar a economia brasileira a partir da dinâmica das suas contradições estruturais, contidas ou plenamente manifestadas em função das variadas formas pelas quais se relacionaram as classes sociais e o Estado nos diversos momentos históricos.

Trata-se ainda de sistematizar essas contribuições em um quadro de referências conceituais que mostre a originalidade do pensamento de um autor que, partindo de referências marxistas, integrou de forma bastante criativa as dimensões sociais e políticas à dinâmica econômica brasileira. Busca-se em seguida utilizar este quadro de referências para, em conjunto com contribuições de outros autores, elaborar uma interpretação dos principais momentos da economia brasileira no período 1930-64.

Trata-se de uma elaboração preliminar e ao mesmo tempo ousada, já que o artigo se arrisca a derivar conclusões e a sugerir noções e conceitos que não decorrem imediatamente do citado quadro de referências. Embora não tenha sido realizado um exame exaustivo da literatura referente ao período analisado, a originalidade e a fecundidade dos textos de Oliveira estimularam as ousadias do texto que se segue.

1. Especificidades do capitalismo no Brasil

Poder-se sintetizar a originalidade do pensamento de Francisco de Oliveira da seguinte maneira: a dinâmica capitalista brasileira reflete articulações entre modos de dominação política, modos de acumulação de capital e modos de distribuição de renda e de riqueza, uma vez que a superação das crises e a viabilização das expansões econômicas decorreram de redefinições das condições institucionais que estipulam parâmetros e perspectivas para a realização do lucro e para a apropriação de excedentes – entre capital e trabalho, entre diferentes frações da burguesia interna, entre capitais internos e externos e entre fundos públicos e privados. Um momento no qual esta perspectiva pode ser claramente apreendida encontra-se quando Oliveira afirma que a intensificação da industrialização brasileira a partir de 1930 decorreu da destruição das regras pelas quais a economia se inclinava para a agro-exportação e, em paralelo, da criação das condições institucionais que

viabilizaram a expansão do mercado interno como novo eixo da acumulação de capital (Oliveira, 2003, cap.2).

O trabalho mais difundido de Oliveira - sua *Crítica à Razão Dualista* (2003) - continha como contribuição mais polêmica a tese de que a expansão das formas capitalistas modernas não só não era obstada pela existência de formas sócio-econômicas atrasadas, como delas se alimentava para manter ou elevar as taxas de lucro. Numa passagem deste mesmo livro (cap. 5, p. 106), Oliveira afirma que as redefinições ocorridas sob o regime militar não caracterizavam uma revolução econômica burguesa, pois indicavam muito mais a continuidade de processos de contra-revolução (como a dependência externa, a concentração de renda e a reprodução das relações de subordinação política e pessoal no campo, entre outros). Por outro lado, mesmo sem discutir a questão através destes conceitos, Oliveira chamou a atenção para a importância da criação da CLT para o avanço da industrialização no país.

No primeiro capítulo de *A Economia da Dependência Imperfeita* (1984), Oliveira sustenta que a burguesia agrário-exportadora afirma-se como tal quando se constitui como classe dominante que repudia um Estado hostil aos seus interesses (ao destruir os mecanismos do exclusivo comercial português) e quando muda a forma e o conteúdo da apropriação do excedente social, através da abolição do trabalho escravo e da fundação de processos de acumulação primitiva cuja expressão social era o camponato.

Por outro lado, durante a República Velha esta burguesia vai se convertendo em uma oligarquia antiburguesa, pois o capital agrário-exportador consome-se no seu autofinanciamento (já que a intermediação comercial e financeira dos capitais ingleses apropria-se da maior parte do excedente), bloqueia a expansão do capitalismo através da acumulação primitiva e limita o crescimento urbano-industrial, ao drenar fundos públicos para sustentação do preço do café (o que acarreta ainda juros altos para as demais atividades) e reverter as desvalorizações cambiais (necessárias nos momentos de crise externa) que estimularam esse crescimento - a revalorização cambial atendia aos interesses dos devedores (burguesia agrária e governo) e dos capitais ingleses (produtivos, comerciais e financeiros) aqui instalados.

Desta forma, o tratamento dado por Oliveira a processos que conceituou como contra-revolucionários parece permitir tratar como revoluções econômicas burguesas as transformações que impulsionaram a expansão das formas mais modernas do capitalismo no Brasil. Em especial, a combinação entre expansão do capitalismo monopolista e re-criação de processos típicos da acumulação primitiva sugeriu analisar a dinâmica capitalista brasileira a partir da dialética revolução - contra-revolução econômica burguesa.

Carlos Alberto Bello

Retomando a originalidade do pensamento de Oliveira, tratar-se-ia de analisar as diversas formas de articulação entre os três modos supracitados (de dominação, de acumulação e de distribuição) na economia brasileira pós-1930, buscando avaliar inicialmente em que medida elas significam aproximações ou afastamentos frente às dinâmicas econômicas tipicamente capitalistas prevalecentes em âmbito mundial, para em seguida analisar a relevância de cada processo para a superação das crises e a viabilização das expansões econômicas.

Cabe frisar que não se trata de excluir a intensa imbricação entre os fundos públicos e os capitais privados, questão tratada conceitualmente em Oliveira (1998), já que ela significa um evidente e profundo desvio frente àquelas dinâmicas. Pelo contrário, o que interessa discutir é precisamente a especificidade das formas de articulação entre os modos de dominação política e os processos de natureza eminentemente econômica, processos que podem estar mais ou menos sintonizados com a dinâmica capitalista mundial.

A literatura econômica não parece ter realizado um tratamento rigoroso a respeito dos conceitos revolução e contra-revolução econômica burguesa, nem esta é a pretensão deste artigo. Trata-se aqui de chamar a atenção para a potencialidade hermenêutica desses conceitos para a análise da economia política brasileira, elaborando uma série de hipóteses acerca da sua aplicabilidade a uma série de processos caracterizados como expressões das formas modernas e atrasadas pelas quais vêm ocorrendo as expansões econômicas capitalista no país.

Cabe frisar ainda que não se trata de discutir a questão da ausência da revolução democrático-burguesa no país, não obstante os inúmeros pontos de contato entre as dinâmicas políticas e econômicas. Trata-se de discutir como as diversas formas de dominação autocrático-burguesa (Fernandes, 1975) buscaram viabilizar a valorização do capital no Brasil, sob uma lógica de longa duração que acabou por levar ao aprofundamento da internalização das transformações ensejadas pela dinâmica do capitalismo monopolista mundial, ao mesmo tempo em que tais formas de dominação criam e/ou recriam processos que limitam ou redefinem significativamente a operação daquela lógica, de maneiras mais ou menos contraditórias em seus efeitos sobre a expansão econômica interna.

Desse ponto de vista, analisar as especificidades do capitalismo brasileiro significa discutir as características fundamentais das estruturas sócio-econômicas e das condições institucionais mais determinantes para a eclosão dos momentos de expansão e de crise econômica. As características cujos significados seriam deflagrar ou aprofundar revoluções econômicas burguesas tenderiam a buscar viabilizar a reprodução ampliada do capital de maneira a:

- a) atenuar as limitações à expansão econômica decorrentes da condição de periferia, ou seja, potencializar o mercado interno como eixo da acumulação de capital e da realização do valor;
- b) transformar as estruturas sócio-econômicas atrasadas frente à dinâmica prevalecente no capitalismo mundial, ou seja, expandir a sociabilidade tipicamente capitalista – a relação salarial e o aumento da taxa de lucro através das formas da mais-valia relativa, no campo e na cidade;
- c) fomentar ou aprofundar processos de valorização e de desvalorização do capital que expressem fundamentalmente as lógicas inerentes ao capitalismo monopolista, ou seja, a tendência ao prevalescimento dos processos de concentração e de centralização do capital como meios para estancar a estagnação e para deslanchar a expansão econômica.

As características cujos significados seriam deflagrar ou aprofundar contra-revoluções econômicas burguesas teriam evidentemente um sentido oposto. Embora elas tenham visado viabilizar a valorização ou bloquear a desvalorização do capital, todos estes processos contra-revolucionários tenderam não só a reproduzir nossas mazelas sociais como também tornaram mais difícil e problemática a continuidade das expansões e a superação das crises econômicas.

2. Duas contra-revoluções econômicas recorrentes

Nunca o Brasil se aproximou de uma dinâmica através da qual a expansão do consumo de massas tivesse sido um dos principais suportes da expansão econômica, como Oliveira salientou ter ocorrido em todas as experiências de capitalismo nos países centrais (2003, cap.6). Isto porque, apesar de certas mudanças no modo de dominação política, o aumento da taxa de exploração da força de trabalho (ou sua manutenção em níveis elevados) jamais se deu apenas através do aumento da mais-valia relativa, ou seja, do aumento da produtividade do trabalho frente ao custo de reprodução da força de trabalho (salário).

A reprodução de formas sócio-econômicas não tipicamente capitalistas – no campo e no terciário urbano – e a coerção estatal sobre os trabalhadores – as políticas sindicais e salariais, incluindo os reajustes em contextos inflacionários – foram elementos sempre incorporados aos modos de dominação política prevalecentes desde o início da república.

Este aumento da exploração da força de trabalho, para além das tendências inerentes à dinâmica capitalista, contribui para que as crises de desaceleração cíclica, inerentes a essa dinâmica, sejam impulsionadas pelo agravamento de uma contradição estrutural salientada por Oliveira – o

Carlos Alberto Bello

crescimento do excedente total tende a ser superior ao aumento das oportunidades de reinvertê-lo rentavelmente na produção (2003, cap.6).

Trata-se de uma maneira de aplicar a uma dinâmica histórica concreta os conceitos de Marx a respeito das crises cíclicas, assentados no surgimento das desproporcionalidades entre os grandes setores da economia. Para Marx³, o aumento da mais-valia relativa, buscado através da introdução de progresso técnico, tende a reduzir o emprego e a massa salarial (através da expansão do exército industrial de reserva), acarretando a redução da demanda pelos bens de consumo não-durável produzidos pelo departamento II (D II), o qual tende, portanto, a reduzir sua demanda pelos bens de capital do departamento I (D I), gerando assim um efeito retro-alimentador de retração da produção e do emprego nesses departamentos e no departamento produtor de bens de consumo durável (D III), cuja demanda depende dos lucros capitalistas e da renda dos segmentos médios.

No caso brasileiro, o aumento da exploração da força de trabalho é ainda mais acentuado do que o conceituado acima, caracterizando um incremento da concentração da renda que faz com que os lucros aumentem muito mais rapidamente do que a capacidade de consumo dos demais segmentos sociais. Nesse sentido, a eclosão da crise não necessita da redução do consumo dos trabalhadores e sim da incapacidade de eles, aliados aos segmentos médios, expandirem seu consumo a ponto de absorver o aumento da produção que ocorreria se a acumulação de capital fizesse retornar à esfera produtiva todo o volume de lucros gerado em um momento anterior. Um nível de acumulação menor do que este (utilizando um menor volume de lucros) geraria uma crise de realização.

Desta forma, a acumulação de capital tende a atingir patamares elevados apenas enquanto a margem de lucro projetada for suficientemente elevada para sugerir a obtenção de uma taxa de lucro julgada adequada, de forma que esta margem compensaria um crescimento relativamente modesto das quantidades vendidas. Na medida em que a expansão econômica prossegue, avança a concentração de renda e, ao mesmo tempo, reduzem-se as oportunidades de investimento rentável, em termos da taxa de lucro anterior (Oliveira, 2003, cap. 5), exigindo um aumento da margem de lucro que tenderá a ser possível apenas em alguns setores, reduzindo o volume de investimento total e com ele a taxa de crescimento econômico.

É interessante notar também como a análise de Oliveira sugere que a tendência à queda da taxa de lucro, outra contribuição fundamental de Marx à discussão das crises capitalistas, não tende a operar numa economia como a brasileira. Embora Oliveira (1998) também discuta que o capitalismo

³ Uma breve síntese da teoria marxista das crises encontra-se em Hunt (1981), capítulo 9.

monopolista tende a operar com pelo menos dois patamares de taxa de lucro (um nível menor nos setores ou empresas não-monopolistas), sua ênfase maior está colocada sobre as relações entre capital e trabalho e entre capital e Estado, processos através dos quais a taxa de lucro tende a aumentar, dificultando assim a continuidade da acumulação de capital, como foi visto acima.

Por outro lado, Oliveira ressalta que as articulações entre modo de dominação política, modo de acumulação de capital e modo de distribuição de renda implicaram uma concentração de renda que permitiu, durante certos períodos, um aumento do consumo das classes altas e médias, salientando que estas últimas cresceram devido à multiplicação dos postos de trabalho decorrente do crescimento das burocracias públicas e privadas, inerente ao avanço do capitalismo monopolista, articulado a uma grande expansão do setor produtivo e da máquina administrativa estatal, aspectos marcantes do modelo econômico brasileiro até os anos 80.

Ao tratar destas articulações, a análise de Oliveira permite mostrar que a aparência de subconsumo reflete de fato uma crise de superacumulação, ou seja, o sistema acumula mais excedentes do que é capaz de reverter em capital produtivo. Ao salientar que esta crise exprime a assimetria entre a virtualidade das forças produtivas e os obstáculos que as relações sociais de produção antepõem para a materialização dessa virtualidade, Oliveira está remetendo à contradição fundamental do capitalismo tratada em Marx (1981) – o avanço da concentração e da centralização do capital, por um lado, e o empobrecimento das massas, por outro (devido à ampliação do exército industrial de reserva), ressaltando que as especificidades brasileiras tendem a acentuá-la.

Desta forma, o aumento da taxa de mais-valia e a conseqüente concentração da renda, resultantes do desenvolvimento das forças produtivas, redundam num potencial de consumo inferior à produção corrente desses bens, de maneira que a crise não decorre de expectativas empresariais equivocadas ou muito otimistas, mas sim de processos que ocorrem à revelia dessas expectativas.

O segundo tipo de contra-revolução econômica que pode ser apontado a partir da análise de Oliveira também reflete uma contradição estrutural reiterada desde os anos 30. Enquanto a realização do valor dá-se majoritariamente no âmbito interno, o aumento da produção requer recursos externos crescentes. Apesar das substituições de importações (e em boa medida por causa delas), houve aumento da necessidade de recursos externos durante as expansões, seja para adquirir bens de capital e insumos não produzidos aqui – o principal vetor da incorporação de progresso técnico –, seja para fazer frente

Carlos Alberto Bello

às demandas por remessas de divisas, para pagamento dos encargos da dívida e para viabilizar o retorno dos excedentes do capital estrangeiro aqui instalado.

A contra-revolução econômica burguesa se expressa fundamentalmente na incapacidade de criar condições institucionais para que o aumento das exportações e/ou das substituições de importações pudessem evitar o agravamento desta contradição (notadamente nos períodos de expansão), e de maneira mais forte quando os modos de evitar sua plena manifestação foram o aumento dos investimentos e das dívidas externas, que postergam, mas também agravam, os potenciais efeitos desta contradição.

Disto decorreu que a deterioração dos termos de troca entre os países centrais e os periféricos, as mudanças na conjuntura econômico-financeira mundial e/ou a redução do interesse dos capitais externos pelo país tendessem a gerar crises no balanço de pagamentos, tornando-as ameaças permanentes à expansão econômica interna.

3. Revoluções e contra-revoluções econômicas entre 1930 e 1964

Diversas transformações viabilizaram uma rápida industrialização no Brasil. Pode-se conceituar como facetas de uma revolução econômica burguesa a criação da CLT, a transferência de excedentes da agro-exportação para a indústria, a expansão da infra-estrutura e das empresas estatais e a articulação entre a entrada de capitais estrangeiros e a expansão das empresas privadas nacionais.

Tais mudanças só foram possíveis devido à autonomização fiscal e monetária, o que Oliveira discutiu mais recentemente (1995) a partir de Keynes e Aglietta, dizendo que a moeda nacional passou a ser concebida como uma relação entre ativos e passivos cuja medida cabia ao Estado, ou seja, que ele podia efetivar uma expansão dos gastos públicos e utilizar-se de diversas formas para financiá-la. Pode-se acrescentar que esta operação de medida tende a levar em conta circunstâncias nas quais a inflação e/ou os déficits públicos possam ameaçar o desempenho do Estado ou da economia.

Como Oliveira discutiu de forma inovadora, a criação da CLT resultou na estruturação do mercado de trabalho no Brasil, ao estipular padrões salariais que viabilizaram o cálculo empresarial e ao fomentar a formação de um amplo exército industrial de reserva.

A autonomização fiscal e monetária do Estado foi direcionada não só para a expansão industrial interna como também para a criação e o crescimento das formas monopolistas do capital, ao viabilizar a expansão das empresas estatais e a entrada das empresas multinacionais. Como foi analisado em Oliveira (2003, cap.2), a base capitalística relativamente pobre e a falta de

perspectivas de restaurar um modo de acumulação vinculado à divisão internacional do trabalho, condições existentes entre 1930 e 1945, fizeram com que a industrialização só fosse viável através de uma ativa promoção estatal que resultasse em expressiva transferência de renda dos agroexportadores para a burguesia industrial. Esta transferência foi viabilizada pelo apoio popular obtido por meio do pacto populista o qual, em contrapartida, permitiu a reprodução das formas que caracterizam processos de acumulação primitiva no campo, pois, ao excluir o mundo rural da CLT, evitou-se uma acentuada redução dos excedentes apropriados pelos proprietários rurais.

Cabe acrescentar que a citada autonomização também representa uma ruptura política relevante, pois, desde o segundo império, a burguesia agrária, os capitais financeiros e os capitais internacionais lutavam contra esta autonomização, considerando que ela ameaçava resultar em aumento da inflação e em desvalorização da moeda nacional.

A expansão das empresas estatais e multinacionais, aliada ao crescimento das diversas instâncias do Estado, permitiu o incremento das classes médias, segmento social fundamental para a gestão das complexas organizações públicas e privadas que caracterizam o capitalismo monopolista, uma vez que elas são responsáveis pela mediação entre capital e trabalho e entre Estado e sociedade. Esta modernização social implica também o aumento do volume de consumo total da economia, uma vez que, na sua ausência, os processos que incrementavam a participação dos lucros na renda nacional teriam efeitos ainda mais deletérios sobre o nível de consumo.

Apesar desses diversos aspectos característicos de uma revolução econômica burguesa, outras facetas de caráter contra-revolucionário surgiram ou continuaram a se reproduzir. No âmbito do trabalho, os trabalhadores rurais e a grande maioria dos ocupados no terciário urbano não foram inseridos no novo estatuto do trabalho (a CLT), reproduzindo formas de exploração do trabalho prévias à fase monopolista do capitalismo, objeto de tratamento minucioso em Oliveira (2003, cap. 2). Quando a crise econômica começou a se aprofundar em fins dos anos 50, uma nova contra-revolução econômica aconteceu reiteradamente: a contenção dos reajustes salariais através do arbítrio estatal, não obstante ela nem sempre ser muito efetiva, uma vez que o pacto populista dificultava a plena continuidade desta contenção.

Oliveira (1984, cap. 3) sustenta que a crise econômica foi gerada pela contradição estrutural do padrão de acumulação vigente a partir do governo Kubistchek. Este padrão estava centrado na expansão do D III (bens de consumo durável), a qual dependia de uma crescente incorporação de bens de capital e de insumos intermediários cuja base interna era fraca. A grande expansão do gasto público decorreu em primeiro lugar da necessidade de

viabilizar esta incorporação, além da expansão da infra-estrutura. Cabe acrescentar que ela também se deveu ao crescimento das relações financeiras entre Estado e capitais privados, especialmente através do Banco do Brasil. Estas operações foram financiadas por emissão de moeda, haja vista que o pacto populista virtualmente obstava a realização de reformas fiscais.

A ausência de um sistema financeiro privado capaz de apoiar a acumulação de capital foi decisiva para a expansão daquelas relações, revelando uma incapacidade de instituir as relações entre produção e finanças típicas do capitalismo monopolista, a qual caracteriza uma faceta de uma contra-revolução econômica burguesa também recorrente em nossa história (Tavares, 1982).

Esta grande expansão monetária (incluindo o grande crescimento dos empréstimos dos bancos estatais) impulsionou, e depois permitiu, a reprodução do processo inflacionário, o qual tende a estreitar o horizonte de cálculo empresarial e assim reduzir a atividade econômica. A incapacidade de realizar reformas fiscais e de arbitrar ganhos e perdas entre o empresariado em meio ao processo inflacionário – a incapacidade de as classes dominantes se abrirem para a política, conforme Oliveira (1999) – são aspectos que expressam uma outra espécie de contra-revolução econômica burguesa, já que eles impedem ou limitam processos de desvalorização, concentração e centralização de capitais através dos quais as crises podem ser superadas através do mercado.

O fato de a burguesia em conjunto usufruir amplamente dos recursos públicos, contribuindo muito menos do que o necessário para evitar o aparecimento de um déficit público muito elevado, expressa uma dinâmica de supervalorização do capital, ou seja, de uma realização do lucro que não se sustenta através dos circuitos especificamente capitalistas, requerendo crescentes fluxos fiscais cuja expansão alimentou a inflação, neste sentido sinônima de supervalorização do capital. De outro lado, estes circuitos também não lograram impedir a reprodução do processo inflacionário, pelo menos para evitar que ele bloqueasse ou limitasse os investimentos, logo a própria continuidade da expansão capitalista.

É possível articular a contradição estrutural do padrão de acumulação citado acima com as características da desaceleração cíclica iniciada em fins dos anos 50 para constituir um amplo quadro da crise econômica da primeira metade dos anos 60. Isto porque Tavares (1981) afirmou que esta desaceleração – expressão do esgotamento das reservas de mercado preexistentes, devido à substituição de importações de bens de consumo durável (ou seja, da exploração do potencial de consumo das classes médias e ricas), e da complementaridade intersetorial entre os investimentos (entre setores produtores de bens de consumo durável, de bens de capital e de insumos

intermediários) – levou as empresas a aumentar os preços para frente ao menor crescimento das quantidades vendidas (já que aumentar a concessão de crédito ao consumo aumenta as suas necessidades de capital de giro), o que em muitos casos levou ao aumento da capacidade ociosa.

Desta forma, a reprodução do processo inflacionário não pode ser explicada apenas pelo enorme aumento da base monetária. Mais importante ainda, esta crise cíclica é expressão de uma contradição estrutural inerente à dinâmica brasileira prevalente desde os anos 30: a ausência de uma expansão significativa do consumo de massas – fruto da dinâmica das relações capital-trabalho impulsionadas pelas contra-revoluções já discutidas – que pudesse continuar impulsionando os investimentos, o que fez com que o elevado volume de excedentes gerado anteriormente (apoiado não só na exploração do trabalho, aumentada inclusive pela introdução de novas técnicas de produção, como no protecionismo e no barateamento dos produtos das empresas estatais, fatores que exponenciaram o crescimento) superasse as oportunidades rentáveis de acumulação de capital.

Oliveira (2003, cap. 4) articula a crise econômica com a crise política do período pré-64 ao discutir que a crise inflacionária, ao resultar em perdas salariais expressivas, leva os trabalhadores a denunciarem o pacto populista, inclusive porque estas perdas são mais sentidas por ter havido um expressivo aumento do custo de reprodução da força de trabalho urbana, devido à incorporação de bens modernos à sua cesta de consumo.

Esta dimensão de crise tipicamente moderna alia-se à ascensão da luta dos excluídos – reforma de base (massas urbanas) e reforma agrária – para conformar um quadro de grave crise. Ele faz com que apareça como problema uma outra contradição estrutural inerente à dinâmica econômica brasileira: a insuficiência de moeda estrangeira para fazer frente às necessidades de valorização do capital aplicado internamente. A crise política exacerba os efeitos da crise econômica, levando à diminuição da entrada de investimentos e de empréstimos externos e, principalmente, ao aumento da demanda pela remessa de lucros das multinacionais, a maioria delas instalada no país há poucos anos. A onda de exportações de capitais para a periferia após a segunda guerra mundial permitiu que aquela contradição assumisse novas feições, tanto na expansão como na crise, nesta fazendo com que o ajuste da balança comercial fosse insuficiente para evitar uma crise no balanço de pagamentos.

Referências bibliográficas

FERNANDES, Florestan – **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

Carlos Alberto Bello

- HUNT, E. K. - **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1981 (16ª edição).
- MARX, Karl - **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981 (Livro I, Volume 2, Capítulo XXIII - Lei geral da acumulação capitalista).
- OLIVEIRA, Francisco de - **A economia brasileira: Crítica à razão dualista**. Seleções Cebrap 1, São Paulo: Brasiliense, 1975.
- _____ - **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.
- _____ - Quem tem medo da governabilidade?. In: **Novos Estudos Cebrap**, n° 41, março, 1995.
- _____ - O surgimento do anti-valor. In: **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- _____ - Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de Oliveira e PAOLI, Maria Célia (orgs) - **O sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- _____ - **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- TAVARES, Maria da Conceição - Além da Estagnação. In: TAVARES, M. C. - **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: Ensaios sobre economia brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., Nona edição, 1981.
- TAVARES, Maria da Conceição - O sistema financeiro e o ciclo de expansão recente. In: BELLUZZO, Luís G. & COUTINHO, Renata - **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise** - vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1982.